

## **PUBLICAÇÃO LEGAL**

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - AMCOM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO S.A.**

Publicado no Jornal de Pomerode em 01/04/2026 08:02:49.

### **Endereço permanente para consulta:**

<https://www.jornaldepomerode.com.br/publicacao-legal/demonstracoes-financeiras-em-31-de-dezembro-de-2025-amcom-sistemas-de-informacao-s-a/>



### **SHA-256 do arquivo recebido:**

58f6be3b7905819a6509d97e74441d54dc05a9cb370b594758a45e0f27710771

As páginas seguintes reproduzem o documento recebido. Esta folha identifica o veículo e o endereço eletrônico da publicação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Diretores e Administradores da  
**Amcom Sistemas de Informação S.A.**  
Blumenau – SC

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Amcom Sistemas de Informação S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2026.  
ERNST & YOUNG  
Audidores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

Felipe Hoeppers de Souza  
Contador CRC RS-100096/O

**Balanço patrimonial**  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

|                                        | Nota | 2025    | 2024    |
|----------------------------------------|------|---------|---------|
| Ativo                                  |      |         |         |
| Ativo circulante                       |      |         |         |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 4    | 20.974  | 15.765  |
| Contas a receber e ativos de contratos | 5    | 25.900  | 18.637  |
| Tributos a recuperar                   |      | 1.777   | 1.637   |
| Adiantamentos                          |      | 1.161   | 1.207   |
| Outros ativos                          |      | 496     | 174     |
|                                        |      | 50.308  | 37.420  |
| Ativo não circulante                   |      |         |         |
| Depósitos judiciais                    | 18   | 933     | 580     |
| Ativo de direito de uso                | 6    | 1.650   | -       |
| Investimentos                          |      | 7       | 6       |
| Imobilizado                            | 7    | 2.631   | 3.132   |
| Intangível                             | 8    | 1.405   | 1.078   |
|                                        |      | 6.626   | 4.796   |
|                                        |      | 56.934  | 42.216  |
| Total do ativo                         |      |         |         |
| Passivo                                |      |         |         |
| Passivo circulante                     |      |         |         |
| Contas a pagar                         |      | 1.380   | 587     |
| Obrigações sociais e trabalhistas      | 10   | 12.593  | 11.496  |
| Obrigações tributárias                 | 11   | 2.297   | 1.532   |
| Dividendos a pagar                     | 12.4 | 10.012  | -       |
| Passivos de contratos                  |      | 1.161   | -       |
| Passivos de arrendamento               | 6    | 716     | -       |
|                                        |      | 28.159  | 13.615  |
| Passivo não circulante                 |      |         |         |
| Passivos de arrendamento               | 6    | 1.074   | -       |
| Tributos diferidos                     | 16.2 | 2.091   | 2.243   |
| Provisão para litígios                 | 18   | 400     | 645     |
| Outras exigibilidades                  |      | 76      | 76      |
|                                        |      | 3.641   | 2.964   |
| Patrimônio líquido                     |      |         |         |
| Capital social                         |      | 25.002  | 25.000  |
| Ações em tesouraria                    |      | (1.484) | (1.548) |
| Reserva de lucros                      |      | 1.616   | 2.185   |
| Total do patrimônio líquido            | 12   | 25.134  | 25.637  |
| Total do passivo e patrimônio líquido  |      | 56.934  | 42.216  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação em reais)

|                                                     | Nota | 2025     | 2024     |
|-----------------------------------------------------|------|----------|----------|
| Receita operacional líquida                         | 13   | 108.242  | 104.432  |
| Custo dos serviços prestados                        | 14   | (69.008) | (66.297) |
|                                                     |      | 39.234   | 38.135   |
| Lucro bruto                                         |      | (9.819)  | (10.313) |
| Despesas comerciais e marketing                     | 14   | (14.613) | (18.668) |
| Despesas gerais e administrativas                   | 14   | 402      | 96       |
| Outras receitas (despesas) operacionais             |      | (24.030) | (28.885) |
|                                                     |      | 15.204   | 9.250    |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras |      | 2.149    | 2.968    |
| Receitas financeiras                                | 15   | (723)    | (444)    |
| Despesas financeiras                                | 15   |          |          |
|                                                     |      | 16.630   | 11.774   |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro          |      | (5.682)  | (3.792)  |
| Tributos correntes                                  | 16.1 | 152      | (156)    |
| Tributos diferidos                                  | 16.1 |          |          |
|                                                     |      | 11.100   | 7.826    |
| Lucro líquido do exercício                          |      | 15.000   | 15.000   |
| Quantidade de ação (média ponderada)                |      |          |          |
| Lucro por ação                                      |      | 0,74     | 0,52     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

|                                   | Nota | 2025   | 2024  |
|-----------------------------------|------|--------|-------|
| Lucro líquido do exercício        |      | 11.100 | 7.826 |
| Outros resultado abrangentes      |      | -      | -     |
| Resultado abrangente do exercício |      | 11.100 | 7.826 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

|                                                        | Nota | 2025    | 2024     |
|--------------------------------------------------------|------|---------|----------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais             |      |         |          |
| Resultado líquido do exercício                         |      | 11.100  | 7.826    |
| Ajustes por:                                           |      |         |          |
| Depreciação                                            | 7    | 1.052   | 979      |
| Amortização                                            | 8    | 185     | 132      |
| Depreciação - Ativo direito de uso                     | 6    | 647     | -        |
| Juros - Passivo de arrendamento                        | 6    | 374     | -        |
| Provisões de contas a pagar, contingências e folha     |      | 400     | 101      |
| Tributos diferidos                                     | 16.1 | (152)   | 156      |
| Resultado líquido do exercício ajustado                |      | 13.606  | 9.194    |
| Variações nos ativos e passivos operacionais           |      |         |          |
| Contas a receber e ativos de contratos                 |      | (7.476) | 684      |
| Tributos a recuperar                                   |      | (140)   | (682)    |
| Adiantamento a fornecedores e funcionários             |      | 46      | 106      |
| Outros ativos                                          |      | (675)   | 446      |
| Contas a pagar                                         |      | 87      | (22)     |
| Obrigações sociais e trabalhistas                      |      | 1.030   | 707      |
| Obrigações tributárias                                 |      | 765     | (42)     |
| Passivos de contratos                                  |      | 1.161   | -        |
| Outras exigibilidades                                  |      | -       | (1)      |
|                                                        |      | (5.202) | 1.196    |
|                                                        |      | 8.404   | 10.390   |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento          |      |         |          |
| Aquisição/pagamento de imobilizado                     | 7    | (285)   | (504)    |
| Aquisição/pagamento de intangível                      | 8    | (437)   | (429)    |
| Adições investimentos - quotas cooperativas crédito    |      | (1)     | (1)      |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento  |      | (723)   | (934)    |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento         |      |         |          |
| Dividendos e redução de capital                        | 12   | (1.593) | (19.582) |
| Aumento de capital                                     | 12   | 2       | -        |
| Passivos de arrendamento - contraprestação             | 6    | (881)   | -        |
|                                                        |      | (2.472) | (19.582) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento |      | 5.209   | (10.126) |
| Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa      |      |         |          |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício   | 4    | 15.765  | 25.891   |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício    | 4    | 20.974  | 15.765   |
| Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa      |      | 5.209   | (10.126) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

|                                                                                                                                     |      |                |                     |                    |                   |                |                    |          |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------|---------------------|--------------------|-------------------|----------------|--------------------|----------|---|
| <b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b><br>31 de dezembro de 2025 e 2024<br>(Valores expressos em milhares de reais) |      |                |                     |                    |                   |                |                    |          |   |
|                                                                                                                                     | Nota | Capital Social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Lucros acumulados | Lucros         | Patrimônio líquido |          |   |
|                                                                                                                                     |      | Integralizado  | Ações em tesouraria | Ágio na subscrição | Reserva legal     | Lucros retidos |                    |          |   |
| Em 31 de dezembro de 2023                                                                                                           |      | 15.000         | (1.548)             | 9.543              | 1.506             | 10.757         | -                  | 35.258   |   |
| Aumento de capital                                                                                                                  | 12.1 | 10.000         | -                   | -                  | -                 | (10.000)       | -                  | -        | - |
| Constituição de reserva de lucros                                                                                                   |      | -              | -                   | -                  | -                 | 2.136          | -                  | 2.136    | - |
| Distribuição de dividendos                                                                                                          |      | -              | -                   | -                  | -                 | (2.893)        | (5.641)            | (8.534)  | - |
| Aumento de capital                                                                                                                  | 12.1 | 11.049         | -                   | (9.543)            | (1.506)           | -              | -                  | -        | - |
| Redução de capital                                                                                                                  | 12.1 | (11.049)       | -                   | -                  | -                 | -              | -                  | (11.049) | - |
| Resultado do exercício                                                                                                              |      | -              | -                   | -                  | -                 | -              | 7.826              | 7.826    | - |
| Constituição de reserva legal                                                                                                       | 12.3 | -              | -                   | -                  | 391               | -              | (391)              | -        | - |
| Lucros a destinar                                                                                                                   |      | -              | -                   | -                  | -                 | 1.794          | (1.794)            | -        | - |
| Em 31 de dezembro de 2024                                                                                                           |      | 25.000         | (1.548)             | -                  | 391               | 1.794          | -                  | 25.637   |   |
| Aumento de capital                                                                                                                  | 12.1 | 2              | -                   | -                  | -                 | -              | -                  | 2        | - |
| Distribuição de dividendos                                                                                                          | 12.4 | -              | -                   | -                  | -                 | (1.593)        | -                  | (1.593)  | - |
| Ações em tesouraria                                                                                                                 | 12.2 | -              | 64                  | -                  | -                 | (64)           | -                  | -        | - |
| Resultado do exercício                                                                                                              |      | -              | -                   | -                  | -                 | -              | 11.100             | 11.100   | - |
| Constituição de reserva legal                                                                                                       | 12.3 | -              | -                   | -                  | 555               | -              | (555)              | -        | - |
| Distribuição de dividendos                                                                                                          | 12.4 | -              | -                   | -                  | -                 | (137)          | (9.875)            | (10.012) | - |
| Lucros a destinar                                                                                                                   |      | -              | -                   | -                  | -                 | 670            | (670)              | -        | - |
| Em 31 de dezembro de 2025                                                                                                           | 12   | 25.092         | (1.484)             | -                  | 946               | 670            | -                  | 25.134   |   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas as demonstrações financeiras**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Amcom Sistemas de Informação S.A. (“Amcom” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1997, sediada na Rua República Argentina, 2001, Bairro Ponta Aguda, Blumenau, Santa Catarina, que tem como atividade principal o desenvolvimento de softwares, prestação de serviço de assessoria técnica, suporte, manutenção de softwares e de banco de dados voltados diversas áreas.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**  
**2.1. Bases de elaboração e apresentação**  
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em razão da transição do modelo contábil aplicável às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 - R1 / CPC PME) para o conjunto integral das práticas contábeis adotadas no Brasil. A data de adoção inicial do conjunto completo de CPC's é 01 de janeiro de 2025.

Adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Conforme permitido pela *CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade* e pelas disposições específicas de transição do *CPC 06 (R2) – Arrendamentos*, a Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, reconhecendo os efeitos do *CPC 06 (R2)* diretamente na data de transição em 01 de janeiro de 2025.

Na data de adoção inicial, não houve impacto no patrimônio líquido, uma vez que o ativo de direito de uso foi reconhecido no mesmo valor do passivo de arrendamento, não havendo efeitos residuais a serem ajustados em lucros acumulados.

Avaliação dos demais impactos da migração

Não foram identificados outros impactos decorrentes da migração do CPC PME para o conjunto integral das normas internacionais, não havendo ajustes adicionais de reconhecimento, mensuração ou apresentação nos demais saldos contábeis da Companhia.

Base de mensuração e julgamentos contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes. As principais estimativas incluem, entre outras:

- Vidas úteis e valores residuais de ativos imobilizados e ativos de direito de uso;
- Premissas utilizadas na mensuração dos arrendamentos, especialmente a taxa incremental de financiamento;
- Provisões e passivos contingentes;
- Impostos sobre o lucro;
- Testes de recuperabilidade de ativos (*impairment*).

As estimativas são revistas continuamente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que se tornam necessários e nos períodos futuros afetados.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Consequentemente, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria em 18 de março de 2026.

**3. Políticas contábeis materiais**  
As políticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras.

**3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As

**3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras** – continuação

transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro;

**3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata, passíveis de resgate em até 90 dias a partir da data da aplicação, com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**3.3 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no momento inicial, dependendo da finalidade da aquisição sob a categoria de ativos disponíveis para a venda.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não-derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

Impairment de instrumento financeiro ativo

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por recuperabilidade (*impairment*) desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

**3.4. Contas a receber e ativos de contratos**

O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e somente registrado se o mesmo for relevante para as demonstrações financeiras.

A Companhia reconhece um ativo de contrato quando transfere bens ou serviços ao cliente antes de obter um direito incondicional ao recebimento da contraprestação correspondente.

Esse ativo representa o direito da Companhia a uma contraprestação em troca de bens ou serviços já transferidos, mas cuja cobrança ainda depende da conclusão de obrigações de desempenho adicionais ou de eventos futuros previstos no contrato. Um ativo de contrato é geralmente originado quando: i) A Companhia presta serviços ou entrega bens antes de emitir fatura, ou ii) a cobrança está condicionada a marcos contratuais, etapas de execução ou aprovações do cliente.

Um ativo de contrato é reclassificado para contas a receber no momento do faturamento, ou seja, quando resta apenas o decurso do tempo para que ocorra o recebimento.

**3.5. Imobilizado**

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear. A Administração da Companhia analisou em 31 de dezembro de 2024 os efeitos de depreciação, decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de renovações é incluído no valor do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente

fluirão para a Companhia. As renovações depreciam ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado

**3.6. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**3.7. Intangível**

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. Sendo que seu valor contábil não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao teste de recuperabilidade (*impairment*). Gastos com desenvolvimentos de intangíveis (softwares) realizados internamente são registrados quando atendidos os critérios de reconhecimento.

**3.8. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que um desembolso de recursos seja necessário para liquidar a obrigação com base em uma estimativa confiável do valor

**3.9. Passivos de contratos**

A Companhia reconhece um passivo de contrato quando recebe contraprestação do cliente antes de satisfazer a obrigação de desempenho estabelecida no contrato, ou quando detém direito à contraprestação que já se tornou exigível, mas cuja receita ainda não pode ser reconhecida. Esse passivo representa, portanto, a obrigação da Companhia de transferir bens ou serviços ao cliente em período futuro, conforme o previsto nas obrigações contratuais.

A baixa do passivo de contrato ocorre à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho correspondente, isto é, quando o controle do bem ou serviço é transferido ao cliente, conforme as condições acordadas no contrato. No momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, o valor correspondente do passivo de contrato é reconhecido como receita no resultado do período.

**3.10. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo, quando aplicável. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**3.11. Reconhecimento de receita**

As receitas da Companhia são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente, as obrigações de desempenho identificadas tenham sido atendidas, for provável que benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos bens ou serviços para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Companhia que pudesse afetar o reconhecimento da receita no resultado do exercício.

**3.12. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**3.13. Tributos sobre receitas**

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 0,65%

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3%.
- Imposto sobre serviços prestados - ISS: 2%
- Contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB: 3,6%

A Companhia está sujeita ao regime Cumulativo do PIS e da COFINS, em virtude da lei nº 10.833/2003. Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

A Companhia optou, a partir de 2022, pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), em substituição à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento, conforme previsto na Lei nº 12.546/2011. Até 31 de dezembro de 2024, a alíquota aplicável era de 4,5% sobre a receita bruta. Com a edição da Lei nº 14.973/2024, foi instituído um regime de transição gradual, reduzindo progressivamente a CPRB e reintroduzindo a contribuição sobre a folha de pagamento.

Os percentuais aplicáveis são:

- 2025: 3,6% sobre a receita bruta + 5% sobre a folha de pagamento
- 2026: 2,7% sobre a receita bruta + 10% sobre a folha de pagamento
- 2027: 1,8% sobre a receita bruta + 15% sobre a folha de pagamento
- 2028 em diante: extinção da CPRB, com retorno integral da alíquota de 20% sobre a folha de pagamento

**3.14. Arrendamentos**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato confere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

*Companhia como arrendatária*

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para aqueles enquadrados nas isenções práticas previstas na norma (arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor). Na data de início do contrato, são reconhecidos um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A partir de 01 de janeiro de 2025, a Companhia passou a reconhecer ativos de direito de uso na data de início dos arrendamentos. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por ajustes dos passivos de arrendamento.

O custo inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo de arrendamento e a vida útil estimada dos ativos

Passivos de arrendamento

Na data de início, os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento. Para o cálculo do valor presente, a Companhia utiliza sua taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa implícita nos contratos não é facilmente determinável.

Após o reconhecimento inicial, o passivo de arrendamento é atualizado pelo método do custo amortizado, sendo acrescido dos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos efetuados. O valor contábil é ajustado em caso de modificações contratuais, alterações no prazo ou mudanças nos pagamentos futuros (por exemplo, decorrentes de índices ou taxas variáveis).

A Companhia apresenta ambos os componentes dos pagamentos de arrendamento — juros e amortização do principal — como fluxos de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme política contábil adotada. A despesa de juros reconhecida no resultado é adicionada ao lucro líquido nas atividades operacionais no método indireto.

*Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (prazo igual ou inferior a 12 meses, sem opção de compra) e para arrendamentos de ativos de baixo valor.

Os pagamentos relativos a esses contratos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento

**3.15. Julgamentos e estimativas contábeis críticas**

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com a relação ao futuro, baseada em sua experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas representam um risco de causar um ajuste às demonstrações financeiras em relação aos saltos contábeis de ativos e passivos em exercícios futuros.

As principais estimativas adotadas pela Companhia podem sem assim resumidas:

- Mensuração de valor justo de ativos financeiros;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Estimativa de vida útil de ativo intangível e imobilizado;
- Valor estimado de perdas em processos cíveis, tributários e trabalhistas.

**3.16. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes**

Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025,

**3.16. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes** - continuação

referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

| Norma nova e normas alteradas                                                                        | Objetivo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras                                     | Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statement (PFS)) e das notas explicativas. |
|                                                                                                      | Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                      | O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações                                      | No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalentes à IFRS 18). Atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                      | Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                                                      | O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | Em maio de 2024, o IASB emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                                                                                      | As principais alterações introduzidas são as seguintes:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                      | (i) Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11                                                | (ii) Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                                      | (iii) Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                                                                                      | (iv) Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                      | As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                      | Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).                 |
|                                                                                                      | Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                                                                                      | As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

A Companhia apresenta as normas novas e alteradas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Contudo, algumas das normas novas e alteradas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação destas demonstrações financeiras, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião da Administração, exceto pelo IFRS 18, não se esperam impactos materiais nas demonstrações financeiras da entidade

|                                              | 2025   | 2024   |
|----------------------------------------------|--------|--------|
| Caixa                                        | 16     | 6      |
| Bancos conta movimento                       | 1.886  | 2.743  |
| Aplicações financeiras equivalentes de caixa | 19.072 | 13.016 |
|                                              | 20.974 | 15.765 |

A Companhia mantém políticas de investimento financeiro que determinam a aplicação de recursos exclusivamente em instrumentos de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são substancialmente remuneradas por percentuais que variam entre 100% e 112% do CDI, contratadas em condições normais de mercado e com liquidez imediata. Os equivalentes de caixa são mantidos com o propósito de atender às necessidades de caixa de curto prazo da Companhia e não têm finalidade de investimento ou outros usos distintos;

|                                         | 2025   | 2024   |
|-----------------------------------------|--------|--------|
| Contas a receber de clientes internos   | 15.523 | 9.754  |
| Contas a receber de clientes externos   | 1.577  | 299    |
|                                         | 17.100 | 10.053 |
| Ativos de contratos - clientes internos | 8.598  | 8.133  |
| Ativos de contratos - clientes externos | 415    | 451    |
| Provisão para perdas                    | (213)  | -      |
|                                         | 25.900 | 18.637 |
|                                         | 2025   | 2024   |
|                                         | 16.057 | 9.882  |

|                          |        |        |
|--------------------------|--------|--------|
| <b>A vencer Vencidos</b> |        |        |
| De 1 a 30 dias           | 637    | 122    |
| De 31 a 60 dias          | 406    | 49     |
|                          | 17.100 | 10.053 |

Os ativos de contrato representam valores decorrentes de bens ou serviços já transferidos aos clientes, mas ainda não faturados pela Companhia na data do balanço. Esses valores são reclassificados para contas a receber quando ocorre o faturamento ao cliente.

A Administração da Companhia realiza avaliações periódicas de sua carteira de contas a receber, considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento e outros indicadores de risco de crédito. Com base nessa análise, entende que a provisão para perdas constituída é adequada para refletir as perdas esperadas na data do balanço, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

A seguir, apresenta-se a análise do vencimento dos saldos de contas a receber:

|                          | 2025   | 2024   |
|--------------------------|--------|--------|
| <b>A vencer Vencidos</b> | 16.057 | 9.882  |
| De 1 a 30 dias           | 637    | 122    |
| De 31 a 60 dias          | 406    | 49     |
|                          | 17.100 | 10.053 |

**6. Arrendamentos**

Em 01 de janeiro de 2025, a entidade passou a aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Na data de adoção inicial, foram reconhecidos o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento relativos ao contrato vigente, sem impacto no patrimônio líquido. A mensuração inicial considera o valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental de financiamento da entidade na data da aplicação inicial.

A entidade optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Com isso:

- O contrato de arrendamento firmado em 2018 não foi reavaliado desde sua origem.
- O passivo de arrendamento foi mensurado com base nos pagamentos remanescentes a partir de 01 de janeiro de 2025, descontados pela taxa incremental de financiamento vigente nessa data.
- O ativo de direito de uso foi mensurado de forma igual ao passivo ajustado por qualquer pagamento antecipado ou provisionamento

A movimentação dos saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir:

| Ativo de direito de | 2025  | Passivo de arrendamento  | 2025  |
|---------------------|-------|--------------------------|-------|
| Saldo inicial       | -     | Saldo inicial            | -     |
| Reconhecimento      | 2.218 | Reconhecimento           | 2.218 |
| Remensuração        | 79    | Remensuração             | 79    |
|                     |       | Encargos                 | 374   |
| (-) Amortização     | (647) | (-) Pagamentos           | (881) |
| Saldo final         | 1.650 | Saldo final              | 1.790 |
|                     |       | Circulante               | 716   |
|                     |       | Não circulante           | 1.074 |
|                     |       | Cronograma de vencimento |       |
|                     |       | 2027                     | 684   |
|                     |       | 2028                     | 390   |
|                     |       | Não circulante           | 1.074 |

7. Imobilizado

| Taxas anuais de depreciação          | 2025 | 2024    |
|--------------------------------------|------|---------|
| Instalações                          | 10%  | 529     |
| Máquinas e equipamentos              | 10%  | 540     |
| Computadores e periféricos           | 20%  | 4.953   |
| Móveis e utensílios                  | 10%  | 935     |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10%  | 1.479   |
| Imobilizado em andamento             |      | 4       |
| Total do ativo imobilizado           |      | 8.440   |
| (-) Depreciação acumulada            |      | (5.809) |
| Total do imobilizado líquido         |      | 2.631   |

Demonstramos abaixo a movimentação do ativo imobilizado para o exercício de 2024 e 2025:

|                            | 2024  | Adições | Baixas | Depreciação | 2025  |
|----------------------------|-------|---------|--------|-------------|-------|
| Instalações                | 326   | 79      | -      | (36)        | 369   |
| Máquinas e equipamentos    | 214   | -       | -      | (52)        | 162   |
| Computadores e periféricos | 1.761 | 463     | -      | (735)       | 1.489 |
| Móveis e utensílios        | 332   | 5       | -      | (81)        | 256   |
| Benf. imóveis de terceiros | 499   | -       | -      | (148)       | 351   |
| Imobilizado em andamento   | -     | 4       | -      | -           | 4     |
|                            | 3.132 | 551     | -      | (1.052)     | 2.631 |
|                            | 2023  | Adições | Baixas | Depreciação | 2024  |
| Instalações                | 221   | 128     | -      | (23)        | 326   |
| Máquinas e equipamentos    | 229   | 37      | -      | (52)        | 214   |
| Computadores e periféricos | 2.217 | 223     | -      | (679)       | 1.761 |
| Móveis e utensílios        | 315   | 94      | -      | (77)        | 332   |
| Benf. imóveis de terceiros | 647   | -       | -      | (148)       | 499   |
|                            | 3.629 | 482     | -      | (979)       | 3.132 |

Demonstramos abaixo os pagamentos efetuados das adições para o exercício de 2024 e 2025:

|                          | 2025  | 2024  |
|--------------------------|-------|-------|
| Saldo inicial a pagar    | 10    | 32    |
| Adições de imobilizado   | 551   | 482   |
| Pagamento de imobilizado | (285) | (504) |
| Saldo final a pagar      | 276   | 10    |

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação.

Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores para redução dos saldos aos seus valores de recuperação

|                             | Taxas anuais de depreciação | 2025  | 2024  |
|-----------------------------|-----------------------------|-------|-------|
| Software e sistemas         | 20%                         | 1.613 | 1.043 |
| Intangível em andamento     | -                           | 362   | 420   |
| Marcas e patentes           | -                           | 2     | 2     |
| Total do intangível         |                             | 1.977 | 1.465 |
| (-) Amortização acumulada   |                             | (572) | (387) |
| Total do intangível líquido |                             | 1.405 | 1.078 |

|            | 2024  | Aquisições | Baixas | Amortização | 2025  |
|------------|-------|------------|--------|-------------|-------|
| Intangível | 1.078 | 512        | -      | (185)       | 1.405 |
|            | 1.078 | 512        | -      | (185)       | 1.405 |
|            | 2023  | Aquisições | Baixas | Amortização | 2024  |
| Intangível | 826   | 384        | -      | (132)       | 1.078 |
|            | 826   | 384        | -      | (132)       | 1.078 |

Demonstramos abaixo os pagamentos efetuados das adições para o exercício de 2024 e 2025:

|                         | 2025  | 2024  |
|-------------------------|-------|-------|
| Saldo inicial a pagar   | 2     | 47    |
| Adições de intangível   | 512   | 384   |
| Pagamento de intangível | (437) | (429) |
| Saldo final a pagar     | 77    | 2     |

**9. Remuneração dos administradores**

Administradores

A Companhia é administrada por um conselho de administração e por uma diretoria. O total da remuneração a esses profissionais em 2025 perfaz montante de R\$2.215 (R\$3.705 em 2024). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como, não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

|                                | 2025   | 2024   |
|--------------------------------|--------|--------|
| Salários e ordenados a pagar   | 2.716  | 2.689  |
| INSS a recolher                | 782    | 566    |
| FGTS a recolher                | 525    | 483    |
| IRRF sobre salários a recolher | 2.058  | 1.920  |
| Provisão de férias e encargos  | 6.105  | 5.552  |
| Outros                         | 407    | 286    |
|                                | 12.593 | 11.496 |

|                          | 2025  | 2024  |
|--------------------------|-------|-------|
| ISS a recolher           | 283   | 371   |
| PIS a recolher           | 2     | 54    |
| COFINS a recolher        | 12    | 250   |
| CPRB a recolher          | 509   | 836   |
| IRPJ a recolher          | 1.079 | -     |
| CSLL a recolher          | 390   | -     |
| Outros tributos recolher | 22    | 21    |
|                          | 2.297 | 1.532 |

12. Patrimônio líquido

**12.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia totalizava R\$25.002, totalmente integralizado e dividido em 15.000.000 ações ordinárias e 1.703 ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Durante o exercício de 2024, os acionistas deliberaram, em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, aumentos do capital social nos valores de R\$10.000 e R\$11.049, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização de saldos das contas de reservas de lucros, reserva de capital e reserva legal, na proporção das participações societárias. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2024, deliberou-se pela redução do capital social no montante de R\$11.049, sem cancelamento de ações, mediante restituição proporcional de capital, preservando-se o número de ações e as participações relativas de cada acionista.

Por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 2025, a Companhia aprovou aumentos de capital no montante total de R\$2, mediante a emissão de 1.703 ações

**12.1. Capital social** - continuação

preferenciais. As ações emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelos acionistas. As ações preferenciais conferem aos seus titulares os seguintes direitos: i) ausência de direito a voto; ii) prioridade no reembolso de capital; e iii) direito ao recebimento de dividendo fixo.

**12.2. Ações em tesouraria**

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida 2023, os acionistas aprovaram a aquisição de 187.500 (cento e oitenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas e com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria. Estas ações estão reconhecidas ao custo e deduzidas do Patrimônio Líquido.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida 2025, os acionistas aprovaram a cessão não onerosa de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias mantidas em tesouraria no valor total de R\$64, observadas as disposições societárias aplicáveis

**12.3. Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva de capital se refere a ganhos e perdas em decorrência de transações patrimoniais entre acionistas da Companhia, e poderão ser realizadas de acordo com a Lei das S/As.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 12 de setembro de 2024, os acionistas aprovaram o aumento do Capital Social em R\$1.506, sem emissão de novas ações através da capitalização dos valores disponíveis nas contas de reserva legal da Companhia na proporção de suas participações no Capital Social.

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, o montante de R\$555 (R\$391 em 31 de dezembro de 2024) a título de Reserva legal

**12.4. Dividendos**

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela absorção de prejuízos e constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Por meio de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ocorridas em 2024, os acionistas aprovaram o reinvestimento do montante correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios de 2023 (R\$2.136) através da destinação a conta de Reserva de Lucros e aprovaram a distribuição antecipada de dividendos, no valor total de R\$8.534 com saldo da Reserva de Lucros (Lucros Retidos) e da antecipação dos lucros apurados pelo Balancete Patrimonial de 31 de agosto de 2024, pagos na proporção da participação dos acionistas da Companhia.

Por meio de Assembleia Gerais Extraordinárias, ocorridas em 2025, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos, no valor total de R\$1.593 aos detentores das ações preferenciais da Companhia e aprovaram a distribuição antecipada de dividendos, no valor total de R\$10.012 com saldo da Reserva de Lucros (Lucros Retidos) e da antecipação dos lucros apurados pelo Balancete Patrimonial de 30 de novembro de 2025, a serem distribuídos da seguinte forma: i) R\$2.384 aos acionistas detentores de ações preferenciais, em conformidade com as vantagens e preferências atribuídas a tais ações. O pagamento deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2026 e ii) R\$7.628, a serem distribuídos proporcionalmente às participações dos acionistas detentores de ações ordinárias na data da deliberação. O pagamento deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2028.

**13. Receita operacional líquida**

A Companhia apresenta a demonstração do resultado pela receita operacional líquida. Demonstramos abaixo a conciliação da receita operacional bruta e líquida:

|                                       | 2025    | 2024    |
|---------------------------------------|---------|---------|
| Prestação de serviços mercado interno | 113.631 | 111.325 |
| Prestação de serviços mercado externo | 5.053   | 4.406   |
| Deduções:                             |         |         |
| ISS                                   | (2.273) | (2.226) |
| PIS                                   | (739)   | (724)   |
| COFINS                                | (3.413) | (3.340) |
| CPRB (vide NE 3.13)                   | (4.017) | (5.009) |
| Receita operacional líquida           | 108.242 | 104.432 |

|                                         | 2025     | 2024     |
|-----------------------------------------|----------|----------|
| Custo dos serviços prestados            | (69.008) | (66.297) |
| Despesas comerciais e marketing         | (9.819)  | (10.313) |
| Despesas gerais e administrativas       | (14.613) | (18.668) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 402      | 96       |
| Custos e despesas por função            | (93.038) | (95.182) |
|                                         | 2025     | 2024     |
| Pessoal e encargos                      | (79.765) | (79.969) |
| Terceiros                               | (6.431)  | (7.533)  |
| Utilidades                              | (3.469)  | (3.544)  |
| Marketing e vendas                      | (714)    | (454)    |
| Locomoção e viagens                     | (1.031)  | (980)    |
| Depreciação e amortização               | (1.237)  | (1.111)  |
| Perdas no recebimento de créditos       | (213)    | -        |
| Outras despesas operacionais            | (580)    | (1.687)  |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 402      | 96       |
| Custos e despesas por natureza          | (93.038) | (95.182) |

|                                    | 2025  | 2024  |
|------------------------------------|-------|-------|
| Receitas de aplicações financeiras | 2.085 | 2.819 |
| Juros e descontos recebidos        | 6     | 15    |
| Variação cambial                   | 58    | 134   |
| Receitas financeiras               | 2.149 | 2.968 |
| Descontos e abatimentos concedidos | (112) | (280) |
| Despesas bancárias                 | (9)   | (8)   |
| Variação cambial                   | (120) | (14)  |
| Juros - arrendamento               | (374) | -     |
| Outras despesas financeiras        | (108) | (142) |
| Despesas financeiras               | (723) | (444) |
| Resultado financeiro líquido       | 1.426 | 2.524 |

**16. Imposto de renda e contribuição social**

**16.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

|                                   | 2025    | 2024    |
|-----------------------------------|---------|---------|
| Resultado antes dos tributos      | 16.630  | 11.774  |
| Alíquota nominal dos tributos     | 34%     | 34%     |
| Tributos à alíquota nominal       | (5.654) | (4.003) |
| Diferenças permanentes            |         |         |
| Despesas indedutíveis             | (2)     | (38)    |
| Deduções fiscais                  | 126     | 93      |
| Despesa no resultado do exercício | (5.530) | (3.948) |
| Tributos correntes                | (5.682) | (3.792) |
| Tributos diferidos                | 152     | (156)   |
| Alíquota efetiva                  | 33%     | 34%     |

|                                                                                | 2025  | 2024  |
|--------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| <b>16.2. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos</b> |       |       |
| Ativos e passivos de contratos                                                 | 2.670 | 2.638 |
| Provisões                                                                      | (531) | (395) |
| Direito de uso - arrendamento e passivos                                       | (48)  | -     |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos                      | 2.091 | 2.243 |

17. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos financeiros

**17.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Os valores contabilizados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar aproximam-se dos seus valores de realização.

A Companhia não tem contratado na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos

**17.2. Política de gestão de riscos financeiros**

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Não há instrumentos derivativos contratados na data das demonstrações financeiras.

**17.3. Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir

|                                        | 2025   | 2024   |
|----------------------------------------|--------|--------|
| Caixa e equivalentes de caixa          | 20.974 | 15.765 |
| Contas a receber e ativos de contratos | 25.900 | 18.637 |
| Adiantamentos                          | 1.161  | 1.207  |
| Outros ativos                          | 496    | 174    |
| Total                                  | 48.531 | 35.783 |

**17.4. Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia.

Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

**17.5. Risco da taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação

**17.5. Risco da taxa de juros** - continuação

desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

**17.6. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

**17.7. Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

**17.8. Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar as demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui empréstimo e/ou financiamento para realização do cálculo da dívida líquida.

**17.9. Risco de mercado**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A administração monitora as taxas de mercado e às praticadas pela Companhia.

**18. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, decorrente de eventos passados, cuja liquidação requer a saída provável de recursos e cujo valor possa ser estimado de forma confiável, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Em 31 de dezembro de 2025, com base na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia mantém provisão constituída para riscos trabalhistas no montante de R\$400 (R\$645 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Companhia mantém depósitos judiciais no montante de R\$933 em 31 de dezembro de 2025 (R\$580 em 31 de dezembro de 2024) registrados no ativo não circulante na rubrica Depósitos judiciais.

**18.1. Passivos contingentes não provisionados**

Os processos apresentados a seguir são classificados como risco de perda possível, conforme avaliação da Administração e parecer de seus assessores jurídicos. Em linha com o CPC 25, tais contingências não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas apenas em notas explicativas.

Cíveis

Discussões de natureza cível nas quais a Companhia figura como parte totalizam R\$57 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.337 em 31 de dezembro de 2024).

Tributários

Discussões administrativas relacionadas à exigência de contribuições previdenciárias e totalizam R\$1.484 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.335 em 31 de dezembro de 2024).

Em 30 de novembro de 2021 a Companhia recebeu um Auto de Infração e Notificação de Lançamento da Receita Federal para a exigência de contribuições previdenciárias e contribuições de terceiros, relativas aos anos de 2017 e 2018. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 é de R\$23.024 (R\$21.055 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente a Companhia levantou os valores para os anos de 2021 a 2022 os quais perfazem o montante de R\$18.351 em 31 de dezembro de 2024 (R\$36.345 em 31 de dezembro de 2024, referente aos anos de 2020 a 2022).

A Companhia, suportada por entendimento de seus consultores legais, entende que os contratos mantidos com seus prestadores de serviço e a contratação de serviços cooperados estão suportados juridicamente e devidamente enquadrados na legislação, sendo o risco de perda classificado como possível. Atualmente a Companhia discute a demanda na esfera administrativa.

Trabalhistas

Processos de natureza trabalhista classificados como de risco de perda possível totalizam R\$1.938 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.268 em 31 de dezembro de 2024).

**19. Seguros**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$10.000 para danos materiais, construção, fornecimento ou prestação de serviços.